

DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma revisão narrativa

Giordano Bruno Messias Rolim ¹
Isabela Bezerra Ribeiro ²
Thamires Pereira Alves ³

INTRODUÇÃO

Quando se trata em educação do campo, logo se vem à mente simplesmente a escola na zona rural, porém essa modalidade de ensino vai bem além desse cenário. A educação do campo se refere ao educar em diferentes espaços que historicamente o brasileiro construiu como sendo um cenário do “campo”, onde temos os agricultores, os pescadores, os povos indígenas, o engenho e alguns outros ambientes. Então, é de se imaginar a subjetividade cultural, a diversidade, em cada espaço que abrange a educação do campo. Não se pode, nem se deve tratar os sujeitos em sua singularidade da mesma forma, como um padrão no processo de ensino-aprendizagem.

Esse texto se pauta nesta concepção, no ensino do campo e sua gama de culturas, grupos sociais e sujeitos com sua própria história e identidade, devendo tudo isso ser levado em consideração nas práticas pedagógicas. A escolha dessa temática pautou-se na necessidade de uma discussão sobre a diversidade em todos os espaços que compõem a educação do campo, tendo como objetivo conhecer conceitos de diversidades e como estas definições podem contribuir para a prática da educação do campo.

Para haver uma contextualização é necessário a compreensão do que é a educação do campo. O ensino na zona rural há décadas existe, porém, a educação do campo é uma categoria mais atual, sendo desenvolvida nos anos 1990 com a luta de grupos ligados ao campo como, por exemplo, os Movimentos dos agricultores Sem Terra (MST). De acordo com Souza (2012), o conceito de educação do campo é de uma educação de construção coletiva, que teve início com o questionamento das práticas desenvolvidas nas escolas situadas nos assentamentos da reforma agrária e posteriormente expandido para o âmbito

¹ Mestre pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, giordano.psicologia@hotmail.com;

² Mestra pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, isabelabezerra@univs.edu.br;

³ Mestra pelo Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, thamirespereira@univs.edu.br.

político e do acesso à educação básica. Para Silva (2013), a educação do campo no Brasil é um fenômeno da contemporaneidade, sendo fruto da inserção na agenda política através dos movimentos sociais do campo. Através da luta pelo acesso à terra, preservação das florestas e das águas, por uma política agrícola distributiva de renda e terra, a educação foi sendo pautada como um direito humano imprescindível e inalienável (Silva, 2013).

Com a chegada das escolas no campo, perspectivas foram sendo criadas, quebrando tabus de que o futuro do indivíduo presente neste espaço estaria na agricultura. Segundo Machado (2010), ao longo dos anos nessa dicotomia campo-cidade, o primeiro ambiente foi sendo visto apenas como um espaço de produção agrícola em que a falta de políticas públicas específicas para esse meio fez com que houvesse uma precariedade das escolas e marginalização da educação do campo. Para Machado (2010), havia-se uma cobrança menor desses alunos e da qualidade do ensino, isso devido a imagem destes como “matutos”, como afirma a autora: “cujo meio social lhes cobra pouco mais que o domínio das primeiras letras, mesmo que, hoje, a tecnologia já se faça presente no campo e que a interface campo-cidade seja uma realidade” (Machado, 2010, p. 145).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura narrativa, a fim de levantar os conhecimentos existentes relacionados à diversidade cultural e a educação do campo. O levantamento do material ocorreu com dados das plataformas acadêmicas *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, o Google Acadêmico e a Academia.edu. A pesquisa se deu a partir das seguintes palavras-chave: “diversidade cultural” e “educação do campo”, entre o período de 2010 a 2020, no idioma português.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra *diversidade* na abrangência do país brasileiro tem um amplo sentido em sua representação, como afirma Ferreira (2015), isso pelo Brasil ser um país continental marcado por uma diversidade humana, dividido em cinco regiões com distinções climáticas, econômicas e socioculturais. Para a autora, em cada uma dessas regiões há uma marca da colonização europeia (portugueses, holandeses, espanhóis, etc.), da herança dos nossos nativos indígenas ou dos africanos escravizados, isso sendo marcante na nossa diversidade.

Falar em diversidade é tratar sobre inclusão, respeito ao outro e sua singularidade. A exclusão ocorre porque socialmente existe um padrão que é imposto e quem não o cumprir é visto de forma negativa. Muitos dos que estão fora desse padrão vivem o risco de serem excluídos de muitos contextos sociais, como afirma a autora Ferreira (2015) em sua definição sobre diversidade:

O conceito de diversidade humana está intrinsecamente ligado ao conceito de inclusão – social, econômica, educacional e outras –, porque ambos são conceitos comprometidos com os direitos humanos daquelas pessoas que, por razões distintas, vivem em constante risco de exclusão e de serem mantidas no contínuo ciclo de pobreza, que se caracteriza como um aprisionamento de suas vidas e possibilidades de desenvolvimento humano (Ferreira, 2015, p. 308).

A representação dos indivíduos do campo como pertencentes de ignorância e atraso, se construiu devido a comparação com o espaço da cidade, dona do desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico. Essa representação não leva em consideração a diversidade dos contextos históricos e ambientais, além da forte presença de preconceito. Diversidade é o contrário à homogeneização, como afirma Machado (2010) “a diversidade deve ser entendida como o reconhecimento histórico, cultural e sociopolítico das diferenças, contra as tentativas de homogeneização de ideias e sujeitos” (Machado, 2010, p. 152).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Lima (2013), na construção da escola do campo houve um modelo de comparação com a escola urbana, não levando em consideração as culturas, especificidades sociais, econômicas e políticas do contexto rural. Esse modelo da cidade veio da ideia de que a zona rural é um espaço de atraso na sua produtividade, economia e superioridade cultural (influência do poder capitalista).

A educação do campo deve trazer a vida cotidiana dos sujeitos e do seu meio, na sua diversidade, sendo estes tidos como ativos, críticos, atuantes, em que a prática pedagógica deve ser dialógica, participativa e superar a cultura autoritária, presente nas diferentes relações conflituosas entre a relação campo e cidade (Canen e Xavier, 2011; Silva, 2013)

Nesse processo entra em pauta a construção dos currículos da escola do campo, que deve ir além da seleção dos conteúdos na sala de aula, mas abrir espaço para cultura

e saberes históricos da zona rural. Como afirma Lima (2013) “o currículo não pode focar somente nos conhecimentos científicos propostos pelos livros didáticos. Deve também abrir-se para acolher aqueles valores, crenças, saberes, sonhos que os camponeses também consideram importantes” (Lima, 2013, p. 611).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que há a necessidade de a escola do campo levar em consideração a diversidade do seu espaço social, histórico e geográfico para a prática escolar. Toda cultura tem sua singularidade e todo sujeito tem sua subjetividade e isso não deve ser deixado de lado. Tratar a todos como iguais pode deixar vazios no ensino, pois em todos lugares há grupos sociais com diversidades em suas culturas. O uso de objetos que não fazem parte do cotidiano do aluno pode vir a prejudicar seu processo de ensino-aprendizagem. Nada melhor do que uso de materiais didáticos que o discente conhece desde a infância.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Educação do Campo, Revisão Bibliográfica.

REFERÊNCIAS

- CANEN, A; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set./dez., 2011.
- FERREIRA, W. B. O conceito de diversidade na BNCC: relações de poder e interesses ocultos. **Revista da Escola**, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez., 2015.
- LIMA, E. S. Educação do campo, currículo e diversidades culturais. **Espaço do currículo**, v. 6, n. 3, p. 608-619, 2013.
- MACHADO, I. F. Educação do campo e diversidade. **Perspectiva**, v. 28, n. 1, p. 141-156, jan./jun., 2010.
- SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012.
- SILVA, A. F. A avaliação nacional e as escolas do campo: tecendo reflexões e perspectivas. In SILVA, A. F. (org.) **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB):** avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.